



OS OLHOS DO ESTADO: do Cabral ao Capitalismo periférico

Tatiane de Menezes Bezerra

Resumo

O presente texto aborda a formação do Brasil e como se gestou a relação com a população não branca aqui explorada e objetivada, de Cabral ao desenvolvimento do Capitalismo periférico o artigo tenta de forma sucinta desenvolver o debate acerca dos “olhos” do Estado para esta população e para classe trabalhadora e compreender os vínculos da relação do Serviço Social como braço do Estado nessa dinâmica.

Palavras-chave: relações étnico-raciais; Serviço social; Capitalismo.

Introdução

A análise da formação do Brasil e a influência dada pelo Colonialismo na formação do Estado, na resposta a questão social e no surgimento das políticas sociais, e como estas políticas e ações do Estado se desenvolvem na relação com a população não branca e de que forma o Serviço Social como braço do Estado irá realizar sua prática profissional são necessários para ter uma compreensão crítica acerca da atualidade vivenciada no país e compreender de que forma como profissionais podemos melhorar nossa prática para melhor atender a população. Inicialmente o texto aborda a formação do Brasil, seguindo para Era Vargas, Ditadura Militar e contemporaneidade, de forma breve busca compreender nesta dinâmica como foram às respostas dadas a esta população não branca e a classe trabalhadora e de que forma a profissão emerge como mediador desses conflitos.

1- Formação do Brasil: conhecendo o olhar do Estado para a população não branca.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, período que durou aproximadamente trezentos e trinta e nove anos. A colonização aqui estabelecida foi à portuguesa em que a figura do colonizador era composta de criminosos e/ou aventureiros, refletida na forma brutal e patriarcal na dominação dos corpos das mulheres indígenas e africanas, juntamente na relação de exploração do trabalho escravo de homens e mulheres africanos e na dizimação destes dois povos, foi neste contexto de desumanização que foi fundado o nosso país, fundação esta no estupro e no sangue dos não-brancos. É neste cenário que a passos lentos caminha-se para o mundo capitalista; mesmo pertencendo ainda ao modo de produção escravista operava lado a lado do trabalho livre, como por exemplo, a relação comercial estabelecida com a Inglaterra através da produção de algodão com mão de obra



de escravizados em que a mercadoria era enviada para as fábricas têxteis inglesas. Como nos confirma Abdias Nascimento:

As fábricas têxteis da Inglaterra demandavam sempre mais e mais algodão, e o grande produtor dessa matéria-prima foi à província do Maranhão, que por volta de 1817, quando a produção de açúcar atingia seu apogeu na Bahia e Pernambuco, já exportava importância de valor equivalente em algodão. (NASCIMENTO, 2019, p. 73)

Ao depararmos com o “Liberalismo escravista” havia um conflito com as ideologias iluministas, pois os senhores de escravos viam os escravizados como mercadoria, ressaltando que não se separa corpo da mão de obra é neste contexto que o escravizado tem seu corpo num não pertencimento de si e será o senhor de escravos que decidirá sobre sua própria matéria podendo até mesmo exterminá-la a seu bel prazer aqui firmasse a mais alta desumanização dos corpos negros, devido a isto, como pensar nos direitos naturais dos homens? Que homens que acessam estes direitos? O conflito ideológico está posto e a discussão levantada é a relação dada por colocar esses direitos acima dos interesses econômicos dos proprietários de escravos, ao se pensar na liberdade dos negros era se confrontar com a ideia de “ferir” o direito a propriedade dos senhores de terra, já que os mesmos viam os negros como não dono dos seus corpos como parte de uma não humanidade. Conforme nos coloca Clóvis Moura:

O liberalismo escravista, que marcou como ideologia quase todos os movimentos de mudança social quer no Brasil-Colônia, quer no Império, declarava-se defensor da escravidão, apesar das restrições de ordem filosófica que fazia contra o conteúdo moral da sua existência. Ao defender o direito de propriedade de um ser humano sobre o outro, automaticamente excluía a classe escrava do direito a cidadania. (MOURA, 1992, p. 48)

A Inglaterra em 1850 passa a monitorar o Oceano Atlântico e as nossas costas devido à extinção do tráfico de escravizados da África para o Brasil. Por este fato a classe senhorial busca uma alternativa para manter a escravidão, o país começa a realizar um tráfico interno. O autor Clóvis Moura (1992) nos traz algumas faces da crise deste modo de produção escravista, o mesmo nos diz sobre o primeiro agravante que está na expectativa de vida de um escravizado que era de 7 a 10 anos, sendo assim a mão de obra escravizada iria diminuir; o segundo seria sobre o açúcar que era o principal produto e entrava em decadência mundial, a exploração dos minérios em nosso solo chegava ao seu ápice. O Brasil começava a produzir café, como alternativa de se manter no mercado internacional, e através do tráfico interno começava a produção desta mercadoria com mão de obra dos escravizados nas fazendas localizadas no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Neste contexto não podemos deixar de ressaltar as formas de resistência negra como fator principal para desarticulação deste sistema escravista, como por exemplo, a organização



nos quilombos, que era um movimento de resistência comandado pelos escravizados, lutava pela emancipação do povo negro, foi forte e precisa para o desgaste deste modo de produção, aqui não havia acordos com a classe senhorial eram constantes embates contra a repressão por parte dos senhores em busca da liberdade do povo negro. Toda a articulação por parte da população negra fez com que emergisse leis em resposta as revoltas que surgiram e conseqüentemente mais tarde com o fortalecimento do movimento abolicionista.

Com todas essas mudanças a classe senhorial encontrava num embate, fora a constatação que sua mão de obra objetivada agora não é mais “substituível” como anteriormente, e na economia cafeeira estava vivenciando um novo contexto, mesmo com a inserção do imigrante no país, o mesmo não tinha qualificação para plantação de café e era também muito mais caro que o escravizado. É neste momento que emerge o “mito da superioridade” do trabalhador branco imigrante em relação ao trabalhador negro que perpetua até os dias de hoje. Conforme nos diz o autor Clóvis Moura (1992):

Essa mão de obra é descartada antes da Abolição, e se cria o mito da superioridade do trabalhador branco importado que traria, consigo os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil. Mas, enquanto essa campanha imigrantista não conseguia estruturar-se definitivamente, o preço do negro escravo aumentava no mercado. (MOURA, 1992, p. 56)

Devido à valorização no mercado da mão de obra, classe senhorial em seqüência se via pressionado a criar algumas leis para proteção dos escravizados, surgiram mais em função de protegê-los do que para beneficiar os escravizados. Historicamente já se haviam medidas como estas, por exemplo, a liberdade compulsória daqueles que não serviam mais ao trabalho escravista como as pessoas com deficiência, os doentes, apenas como forma de se isentar na responsabilidade de alimentar, vestir ou cuidar das enfermidades destas pessoas, a realidade é que estariam entregue à própria sorte no caminhar desta liberdade compulsória. A Lei dos sexagenários também era uma forma de descarte da mão de obra inutilizada, também a lei do ventre livre em que estes viviam numa escravidão disfarçada em que classe senhorial poderia escolher se receberia uma indenização ou usaria dos serviços das crianças “livres”, e por último em 1886 foi aprovado a lei que colocava o fim na pena de açoites no país, mais uma vez não tinha relação a beneficiar os escravizados, por pressão internacional e devido à abolição que ocorria em Cuba o nosso parlamento decidiu criar a Lei 3310 de 15 de Outubro de 1886.

As legislações que emergem foram mais para tentar criar a ideia de uma escravidão mais branda e um ar de civilidade e “proteção” dos corpos negros que estes viam como mercadoria e não pertencentes de si, numa farsa que contada muitas vezes pode torna-se uma “verdade”. Assim, com o caminhar para um novo modo de produção, o Brasil pensa



numa nova organização do trabalho, obviamente com outro trabalhador, é neste momento que nossa elite parasitária reforçando seus preconceitos raciais busca-se fortalecer a ideia do trabalhador branco e valorizando ainda mais a imigração. A crise do modo de produção escravista chega-se no seu ápice e a elite se depara com duas formas de Abolição, eles se viam pressionados por parte da organização dos negros nos quilombos, enxergavam como um fator prejudicial aos seus interesses, assim o Trono oferece um acordo para que se mantivessem os privilégios da nossa elite oligárquica por medo da perda de terras senhoriais, pensam na substituição da mão de obra pela do imigrante e assim fortaleceria no ideal de branqueamento da nação e a manutenção da terra nas mãos dos senhores continuaria. Se porventura não aceitassem o acordo, a Abolição seria realizada pelas próprias mãos dos escravizados.

No dia 14 de maio de 1888 é assinada a Lei Áurea e abolida a escravatura, foi um momento de festejo devido à liberdade e a ideia de alcançar a cidadania, mas os negros agora libertos se viram ocupando as periferias das moradias e do trabalho livre, o racismo se instala no país e cria diversos mecanismos para manutenção do negro a margem da sociedade. É neste cenário de implantação do nosso capitalismo periférico que o negro se vê cada vez mais marginalizado. É importante ressaltar a tentativa dos abolicionistas com sua representatividade majoritariamente negra em especial o protagonismo destes três participantes: André Rebouças, Luís Gama e o José do Patrocínio todos participantes do movimento abolicionista brasileiro, buscavam a abolição com a reforma agrária para que se destinassem terras aos africanos e seus descendentes, eles temiam que novamente tivesse uma injustiça social e até hoje podemos acompanhar os resultados dessa abolição orquestrada pela elite e refletida na desigualdade racial no nosso país. Ressaltando a importância deste movimento social de resistência. Abdias Nascimento citando sobre a Abolição realizada pelo “alto” nos diz:

Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de trezentos milhões de africanos, a maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos e para o benefício dos brancos. (NASCIMENTO, 2019: 87).

2- Capitalismo periférico e a elite parasitária brasileira: 1930 a 1964

Nesse novo modo de produção o discurso da nossa elite parasitária ganha força e afirmavam que os escravizados agora livres não eram qualificados para o trabalho livre, e assim eram consolidadas as ideias racistas, o Brasil tinha cor e majoritariamente não branca, isto incomodava a elite que buscava alternativas para embranquecer o país, pois acreditavam que somente assim o país evoluiria. Com teorias eugenistas – Teoria criada por



Francis Galton, que era primo de Darwin, utilizando através da distorção das teorias darwinistas, a afirmativa que seria possível pelo poder da hereditariedade ter seres humanos melhores através de um programa de reprodução e esterilização, era um movimento de melhoria da raça, aqueles cujos genes eram defeituosos não teriam o direito a escolha de ter filhos, seus seguidores eram pessoas brancas e de classe média e consequentemente os que seriam majoritariamente esterilizados não faziam parte do grupo, também havia uma vertente da eugenia denominada preventiva consistia na forma de evitar que a população contraísse doenças, considerava-se que certas doenças ou vícios debilitaram a “raça” tinham um programa social para erradicação dos “venenos raciais”. No Brasil havia um misto destas três categorias da Eugênia: a positiva, a negativa e a preventiva.

Neste momento foram incentivados ainda mais as políticas imigratórias, o Estado brasileiro inicia-se a importação da mão de obra de imigrantes com a justificativa que eram mais qualificados, mas conforme vimos acima não era uma verdade, aqui se inicia a ideologia do branqueamento do país com sua fundamentação eugênica. Conforme nos diz a autora acerca da “raça” ALMEIDA (2017):

A raça é um conceito construído pela burguesia para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus derivados não apresentam nenhuma validade científica. Com esse sistema de supremacia racial um ideal de branqueamento ganha centralidade e que carrega em seu bojo representações negativas sobre a população negra. Animalização, bestialização e irracionalidade são alguns dos estereótipos evocados para caracterizar a inferioridade da população negra. A branquitude, por seu turno, servirá de parâmetro distintivo universal. (ALMEIDA, 2017, p. 38)

Conforme acompanhamos na formação do Brasil estas características irão acompanhar nos demais períodos históricos. O Brasil com suas raízes profundas no escravismo influenciará na forma de como a “questão social” irá ser tratada, a mesma terá um caráter informal, será fragmentada e com a forte presença da coerção nas suas primeiras formas de intervenção, em que a classe burguesa que emerge no país nunca teve compromisso democrático e redistributivo; e as articulações com o Estado eram realizadas somente para beneficiarem-se os mais favorecidos, percebem-se a implantação de medidas frágeis e fragmentadas de proteção social no Brasil até o início da década de 30 que repensa o enfrentamento as desigualdades sociais não mais apenas com a coerção, mas neste momento surgirá o consenso como forma de resposta as demandas da classe trabalhadora. Conforme nos diz IANNI: “o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês”. (IANNI, 1991)



Neste período a economia brasileira passava por uma transição rompendo com seu caráter apenas de agroexportador para iniciar o processo da industrialização no país e conseqüentemente também a urbanização. Aqui se inicia a construção de indústrias e investimento em obras de infraestrutura. O governo ditatorial de Vargas investe nas categorias profissionais que irão impulsionar o crescimento econômico, sempre de acordo com os interesses do Estado. Este período também é marcado pelo “êxodo rural”, caracterizado pela migração das pessoas das zonas rurais para as cidades num movimento migratório involuntário, muitos devido à opressão dos latifundiários que pressionavam sua saída das terras, alguns até na contemporaneidade resistem e reivindicam a ancestralidade da terra, como os quilombolas e os povos originários, outros como os moradores de favelas e periferias se mantêm firmes sob constantes ameaças nesse processo de expropriação. Conforme nos diz OLIVEIRA:

O processo de expropriação ocorre quando uma parte ou a totalidade da população é submetida a migração forçada para periferia, locais insalubres, outras favelas e/ou locais de baixa infraestrutura social, isto é, a perda da alma exterior. Quando estes ainda não foram retirados estão em permanente estado de ameaça de despejo. (OLIVEIRA, 2019, p.11)

O Estado via a necessidade de manutenção da mão de obra que seria utilizada para o avanço do capitalismo no país, para isso buscava investir nas estratégias de controle da população, sendo assim o Serviço social emerge como parte importante nesse processo. Na constituição federal de 1934 no art. 138 aborda acerca do papel do serviço social e conseqüentemente das políticas públicas oferecidas neste período. A profissão surge em conjunto a ações de educação eugênica através de medidas de higiene social e o seu texto continua dizendo acerca da luta contra os ditos “venenos sociais” e por fim finaliza o artigo dizendo que os problemas da saúde e da assistência públicas estarão sob a coordenação e o estudo por parte de um conselho técnico e pelos órgãos criados com a finalidade do “aperfeiçoamento da raça”. Através destas ações do Estado, eugenistas e higienistas que se formaram as cidades e se propõe o controle da população, refletindo nos espaços territoriais e nas ações para intervenção nas sequelas da questão social.

Neste período de desenvolvimento das cidades é demonstrado o reforço ainda do imaginário colonial são impostas regras para uso dos espaços públicos da cidade e culpabilizam os grupos da distribuição precarizada e desigual dos territórios, estes grupos eram postos na tentativa de se encaixar nesse novo universo vivenciado no país pertencente agora do capitalismo periférico, a contradição destes territórios emerge com o fortalecimento da ideia do branqueamento desses espaços, os negros antes escravizados e agora livres ocupavam os piores locais de moradia, a princípio nos cortiços e mais tarde nas



favelas, ou seja, foi através do trabalho livre, do investimento na industrialização e a chegada deste novo modo de produção que as cidades são geradas e demonstram as desigualdades das relações sociais. A terra é transformada em propriedade privada, morar como necessidade básica torna-se inacessível e como forma de resistência os espaços são ocupados seja em terras nos espaços rurais como os quilombolas e indígenas ocupam ou nas favelas, aqui se ressalta a ideia da terra nas relações de pertencimentos destes povos e sua luta pela reivindicação da ancestralidade destes espaços. Segundo nos diz FARAGE: “A cidade, ao se constituir de distintos territórios, passa a evidenciar a conformação desigual do espaço urbano, que se expressa não na geografia natural dos territórios, mas em suas intervenções sociais e urbanísticas”. E continua acerca da questão social “É no cenário do desenvolvimento urbano que a questão social vem paulatinamente se acirrando no capitalismo, nos termos de IAMAMOTO (2007)”.

As cidades também irão demonstrar o seu branqueamento e gentrificação, ao dirigir o seu olhar de forma sensível a elas, qualquer um poderá enxergar as segregações urbanas e as desigualdades que aqui emergem, tanto nas expulsões das terras rurais e remoções de localidades urbanas valorizadas que nessa geografia do não existente, que num jogo de omissão se posiciona como se vida não houvesse, mas o que a geografia real nos demonstra é que historicamente são ocupados estes espaços por moradores tradicionais, quando o Estado não consegue com as remoções e expulsões, propõe a construção de muros invisíveis que separam e tentam enquadrar, tentando os por no seu lugar limitando aos seus moradores até onde deve ir ou não num espaço territorial orquestrado na política de “in-segurança”; ou propõe os muros reais que possibilitam o encarceramento desta população como, por exemplo, a criação do sistema prisional. As cidades são regidas pela “necropolítica” e o Estado escolhe quem deve ou não viver, quem deve ou não perder a sua liberdade. Conforme nos diz OLIVEIRA:

Este contexto de acirramento de conflitos raciais restitui situações coloniais (FANON, 2008) que imprime os negros como ladinos (aqueles que aprenderam o seu lugar na estrutura espacial racista) e os boçais (os que não sabem, mas irão aprender – por bem ou por mal – o seu lugar na estrutura racista). A gênese dessas ideias estão no contexto colonial e tiveram como os seus principais formuladores a filosofia de Kant e Hegel. Kant afirmava que os negros só poderiam ser educados como os servos ou escravos. Para isso, era aconselhável o castigo físico mais violento, pois a sua grossa camada de pele, os tornaria mais resistentes as chibatadas (KANT apud WASH, 2004). Logo crueldade não se aplica aos negros, pois como afirmava Hegel, não são humanos (idem). O necropoder emerge, pois algumas populações, tidas como anormais e a raça ruim, devem morrer (MBEMBE, 2006), especialmente no trânsito por espaços de hegemonia racial. (OLIVEIRA, 2019, p. 2)

Como nos diz o autor MBEMBE, “o Estado se comprometeria a “civilizar” os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao próprio ato de matar”.



A profissão surge neste período num movimento amplo em conjunto com a Igreja Católica com práticas na caridade e filantropia, mais tarde o marco importante do período foi em 1936 com a criação da primeira escola de Serviço Social de São Paulo, que tinha intenção de formar as moças denominadas “damas da caridade”, mulheres cuja maioria era de famílias ricas, levando sua visão da classe dominante para a prática profissional, que vem com caráter paternalista e autoritário. O processo de inserção nesta Escola já demonstrava o caráter de cunho moralista e firmado na ideologia dominante de adequação na sociedade segundo as relações sociais vigentes, atribuindo aos usuários do atendimento prestado a responsabilidade pelas mazelas vivenciadas. Conforme nos diz a IAMAMOTO e CARVALHO:

Teoriza-se assim no sentido da seleção e preparação de uma pequena elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos decaídos do quadro social. [...] a formação do Assistente Social se dividiria, geralmente em quatro aspectos principais: científica, técnica, moral e doutrinária (IAMAMOTO e CARVALHO, 1988).

Reforça-se neste momento o caráter eugenista dentro dos critérios para escolha das alunas ingressantes na Escola de Serviço Social. Os autores continuam:

Aparece também a valorização de uma série de critérios mais marcadamente ideológicos: à boa saúde acrescenta-se a ausência de defeitos físicos; as condições do meio familiar e social deverão ser investigadas, pois serão reveladoras das qualidades morais do pretendente. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1988).

O Serviço Social encontra-se no processo de reprodução das relações sociais, vem como atividade auxiliar no exercício do controle social e na propagação da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora, assim caminhou como parte importante destas concepções higienistas e eugenistas conforme lemos na Constituição Federal de 1934, os negros foram o público alvo. Ressaltando que para eles sobraram às periferias, as áreas mais precárias para construir residência, neste período com advento da febre amarela ao invés de serem vistas as condições desumanas e insalubres dos cortiços os negros são atendidos conforme um julgamento moral, como se a enfermidade fosse inata da população negra. O Estado vem com a questão da moralidade e não com a preocupação do atendimento a questão de saúde. Nesta relação com o Serviço Social demonstrava os interesses da classe dominante nas atividades executadas com caráter reformista-conservador. As instituições sociais e assistenciais do período tornam-se instrumento de controle social e político das massas e também como manutenção do sistema de produção para mediar os conflitos sociais e das relações sociais, tanto por seus efeitos econômicos. Aqui teremos o código de obras em 1937 com ação do Serviço Social para atendimento da população das favelas com caráter educativo de higiene e moral desses moradores, estas



famílias seriam removidas para os ditos “parques proletários”, aqui foi à aproximação da profissão a política habitacional tendo como pauta a recuperação dos valores morais e aperfeiçoamento da raça.

3- Em tempos de avanço do Neoliberalismo

A ditadura militar (1964-1985) que estava a serviço do Capital e no que diz respeito às políticas sociais, o cenário não demonstrou mudanças significativas, o Estado deu continuidade ao controle social, era vivenciado um período de muita repressão e perseguição política, perseguição a qualquer manifestação e organização que fosse contrária ao regime militar e juntamente a análise da situação do avanço da pauperização no país. O período marcado pelo “milagre econômico”, mas para que isso ocorresse os militares utilizaram da violência estatal para fixar o arrocho salarial e obter assim o controle da classe trabalhadora. Não havia possibilidade de participação política e conseqüentemente ocorreu o fortalecimento do Executivo e enfraquecimento do Legislativo, acerca da organização partidária, esta entrou na clandestinidade e perdeu seu caráter público, neste momento apenas eram permitidos dois partidos: ARENA e MDB. As organizações sindicais, os movimentos sociais e partidos estavam sendo perseguidos, constantemente os trabalhadores, estudantes e integrantes destas organizações eram eliminadas, presos ou exilados. No decorrer do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o país passava por um crescente aumento das lutas da classe trabalhadora que caminhavam para a conquista do processo de redemocratização, estávamos vivenciando um longo período ditatorial, mas essas organizações ganhavam ainda mais força em meio o caos vivenciado. Em relação à categoria profissional do Serviço Social, a mesma vivenciava na América latina o Movimento de Reconceituação, como um momento importante para profissão na busca do rompimento com o Conservadorismo. Este é um processo de novos conceitos e interpretações para a profissão no questionamento sobre o Serviço Social tradicional ou Conservador e suas práticas neotomistas, positivistas e funcionalistas da sua gênese, iniciam uma revisão da teoria e do método. Foram realizados encontros para debater sobre a profissão, os assistentes sociais entendem neste período que não há neutralidade e que deveriam se posicionar a favor da classe trabalhadora e compreender melhor essa realidade social, mas não foi um movimento homogêneo, ficou marcado por dois grupos: um que apontava como caminho a modernização da profissão para tornar-se compatível as demandas macro societárias e a outra parte dos profissionais dizia que a profissão deveria ter a ruptura com as práticas da sua gênese, numa proximidade com um novo projeto ético-político. O movimento foi dividido em três vertentes: primeiro a



modernização Conservadora, com discurso de adequação do Serviço Social às exigências do período ditatorial, mantendo as ações tradicionais numa nova teoria e metodologia, segundo a reatualização do conservadorismo buscava a fundamentação do exercício profissional na ajuda psicossocial recorrendo à fenomenologia e por fim a intenção de ruptura que ressaltava a ideia de ruptura com o Conservadorismo e com o reformismo, se aproximando da tradição marxista. O Serviço Social busca um novo posicionamento teórico metodológico que viesse ser auxiliador na sua prática profissional. O autor Netto (2008) nos diz que a intenção de ruptura não encontrou condições objetivas para a efetiva ruptura, e a separa em três momentos: Emersão refletida no “Método Belo Horizonte” desenvolvido por um grupo de docentes e discentes da Universidade Católica de Minas Gerais, cuja ligação partidária era de esquerda e lutavam contra a ditadura e o conservadorismo da profissão. A consolidação de um novo rumo em direção ao movimento crítico e em defesa da classe trabalhadora que o marco ocorreu no período de 1979 no III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da virada” demonstrando o processo vivenciado pelos assistentes sociais na ruptura com o Conservadorismo presente na gênese do Serviço Social. O Serviço Social se reconhece como categoria profissional, e se insere na luta mais ampla em conjunto com a classe trabalhadora e caminham na análise da sua prática profissional e enfrentam as históricas práticas conservadoras aproximando para uma análise crítica da realidade em sua totalidade, iniciam a mudança de direção da sua atuação, buscando a defesa dos direitos, lutando pela democracia, visam à articulação com os movimentos sociais e sindicais. Aqui fica demonstrada a necessidade do caminhar para um novo projeto ético político que seja mais crítico. E por fim o espraiamento sobre a categoria profissional, aqui ocorreu à discussão sobre o código de ética profissional de 1975, colocando a insuficiência nas formas coerentes de conhecimento e intervenção profissional, e acabou resultando na sua reformulação e posteriormente na aprovação de um novo código de ética no ano de 1986, este código de 1986 estabelece a aproximação com as teorias de Gramsci, houve a reflexão sobre a ética rompendo com ética moralista, assim a ruptura com as características acríicas, a-histórica e se alinha ao marxismo.

Com fim da Ditadura Militar se inicia o processo lento de democratização no país que foi resultado de um profundo processo político, marcada pelo aumento da resistência e da luta, a década de 1980 ficou conhecida como “década perdida”, economicamente perdida, mas socialmente ganha. A democracia resultante não foi concedida pelo regime militar, mas sim uma conquista da luta e organização da classe trabalhadora e refletida nos ganhos sociais com a elaboração da Constituição Federal de 1988 que nos propiciou o tripé da Seguridade Social: Previdência Social, Assistência Social e Saúde, e assim reuniu em um



único sistema de proteção social de caráter tridimensional. O que chamamos de “década perdida” foi o que se refere ao desenvolvimento da economia, pois neste período foram verificadas redução no PIB (Produto Interno Bruto) com um longo processo de estagnação e as taxas de inflação altíssimas. Neste período na profissão havia o debate sobre adequação da formação profissional referente à graduação buscavam através da renovação curricular, toda uma discussão do redimensionamento do ensino conduzida pela ABEPESS, reforçando que a formação deveria formar profissionais aptos e eficazes para responder as demandas postas na realidade, havia aqui a preocupação com a prática-interventiva.

Na década de 1990 o Neoliberalismo no Brasil toma força, este era o momento que a política econômica se redimensiona para o pagamento da dívida externa através de ajustes estruturais, regras padronizadas de políticas macroeconômicas de estabilização, em que o país deveria se encaixar as regras exigidas pelo Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas medidas acabam por refletir em retrocessos para a Seguridade Social, pois o Estado entra em crise e busca se adequar essas novas exigências. Como também no mundo do trabalho, através da reestruturação produtiva, o trabalhador passa a ser mais explorado e responsabilizado pela manutenção do seu emprego, há o crescimento da taxa de desemprego e um aumento significativo da qualificação profissional exigindo um trabalhador polivalente. Apesar do contexto vivenciado o Serviço Social neste período teve um grande avanço e reafirma a necessidade de romper com o tradicionalismo e avança na construção de um projeto ético com posicionamento em favor da democracia, liberdade e reflexão ética. O código de ética profissional de 1993, a lei 8662 de 1993, que é a lei de regulamentação da profissão juntamente com as diretrizes curriculares são conquistas do período. Historicamente conforme acompanhamos a profissão não se apropriou do debate racial, somente no ano de 1993 conforme nos diz a autora ALMEIDA (2017) através de dois eventos que foi impulsionado o debate na profissão. Primeiro, a aprovação do código de 1993 e segundo a apreciação da Proposta nacional de currículo mínimo para o Serviço Social que propõe a inclusão da questão de gênero e a questão étnico-racial.

Ao meu ver, tais temáticas são consideradas um avanço na democratização da profissão e, se tratando de inclusão da realidade do racismo, tal perspectiva caminha para o fortalecimento do Serviço Social e de sua direção política pela construção de uma nova ordem societária, em defesa da classe trabalhadora. (ALMEIDA, 2017, p. 36).

O código de ética profissional de 1993 foi o primeiro a inserir como um dos princípios fundamentais a não discriminação, apesar da invisibilidade dos temas na produção acadêmica reforçando ainda o caráter conservador da nossa gênese, este período foi um marco importante para inserção do debate na profissão. Referente ao debate de gênero no



ano 2011 através da resolução do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) nº594 foi modificado o seu texto o termo “opção sexual” e alterado por “orientação sexual”, dezoito anos depois se buscou a remoção da utilização de um termo heteronormativo. Há um longo percurso a ser caminhado para que a fato a categoria profissional entenda a importância de inserir em nossa pauta estas lutas e reconhecer o debate acerca de raça e gênero, e consequentemente melhorar nossos instrumentais para que possamos atender melhor nossos usuários com olhar na totalidade não somente nos nossos campos de trabalho, mas também na formação profissional, como na graduação e pós-graduação dos alunos do curso de Serviço Social com a obrigatoriedade de ter uma matéria que deslumbre raça e gênero para que na prática profissional tenhamos profissionais críticos que em sua formação entendam que este debate deve estar presente na luta classista, se apropriar deste debate é entender que classe, raça e gênero estão entrelaçados e são importantes tendo o entendimento de que a sociedade capitalista se apropria destas opressões para manutenção do sistema, e através desse entendimento que nos levará ao fortalecimento como trabalhador e juntamente de toda classe trabalhadora para alcançar o fim da sociedade de classes. Conforme nos diz a autora ALMEIDA (2017):

Tais processos de violência foram utilizados no capitalismo contra a população negra e povos indígenas em várias partes do planeta: a escravidão acompanhada do desterro; a imposição do uso da língua do colonizador; a demonização e destruição material e simbólica dos complexos e diversificados sistemas de crença seguido a cristianização; a separação familiar; o estupro e outras formas de violência sexual perpetrada contra as mulheres negras são algumas expressões do processo de objetificação do corpo negro. Todos esses atos atrozes eram precedidos da captura e venda desses seres humanos que foram totalmente animalizados no regimes escravista e essas práticas persistiram no pós-abolição e nos dias atuais sentimos sua presença. Hoje o capitalismo, através do Estado e seus agentes tem promovido o genocídio da população negra, nas execuções sumárias, nas superlotações do sistema prisional, no silêncio sobre o feminicídio das mulheres negras heterossexuais, lésbicas e transexuais, como expressões do racismo patriarcal estruturantes das relações sociais de raça, sexo e classe no sistema patriarcal. (ALMEIDA, 2017, p. 40).

Como assistentes sociais devemos entender que reafirmando nosso código de ética profissional e projeto ético político no entendimento que a luta por uma sociedade igualitária é por fim a ordem burguesa, no entendimento que a luta social contra a opressão racial e de gênero é indissociável da luta de classes.

4- Considerações finais

Vivenciamos um fortalecimento do Conservadorismo não só no país, mas no mundo, apesar dos avanços nos deparamos com práticas conservadoras e com discursos que a inclusão dos debates acerca dos estudos de gênero e étnico-racial estariam sendo utilizados como pautas identitárias e num plano de fundo do pós-modernismo, que apropriação destas



pautas estaria nos afastando do debate da classe e conseqüentemente da nossa luta por uma sociedade igualitária. Compreendendo que movimentos sociais não são homogêneos, existem aqueles que são identitários e outros que constituem a luta numa perspectiva da totalidade, englobando classe, gênero e raça, com forte caráter classista. Mas como pensar em revolução, sem inserir estes debates na luta maior contra o Capitalismo? Organizar a classe trabalhadora não é entender que o racismo faz parte do que impulsiona as relações na sociedade burguesa? Conforme vimos no texto o trabalho escravo auxiliou as fábricas na Inglaterra e se beneficiou dessa opressão, o racismo vem como base para manutenção deste sistema, e alguns marxistas não viram que a questão racial é um componente para o fortalecimento e organização da classe trabalhadora contra toda a exploração por parte do Capital.

O que podemos verificar que a omissão dada ao racismo vem na negligência do não entendimento que são os determinantes raciais e de gênero da exploração que ditam as regras para manutenção desse sistema. Ao pensar numa sociedade sem exploração de classes é entender “que o marxismo é uma ciência e uma proposta política que buscam responder à emancipação da humanidade como um todo. É um instrumento para libertação não só dos explorados, mas também, dos oprimidos; sejam eles negros (as), LGBTs, mulheres ou pertencentes a qualquer outro setor discriminado.” (SILVA, 2016, p. 29).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. In: Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764/10929>

BRASIL, Constituição de 1934, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

BRASIL, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm

BRASIL, <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 6 a edição, São Paulo. Editora Cortez, 1988.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3a reimpressão. São Paulo. Editora n-1edições. 2019.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo. Editora Ática. 1992.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista. 3a edição, revista. São Paulo. Editora Perspectiva. 2019.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Editora Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: Apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em:



III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 13 e 14 de novembro de 2019

https://www.academia.edu/36614907/GEST%C3%83O_RACISTA_E_NECROPOL%C3%8DTICA_DO_ESPA%C3%87O_URBANO_APONTAMENTO_TE%C3%93RICO_E_POL%C3%8DTICO SOBRE O GENOC%C3%8DDIO DA JUVENTUDE NEGRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 1 Denilson Ara%C3%BAJo de Oliveira Professor Adjunto do Departamento de Geografia FFP-UERJ Coordenador do NEGRA, acessado em maio, 2019.

SILVA, Wilson Honório da. O mito da democracia racial: Um debate marxista sobre raça, classe e identidade. Editora Sundermann. 2016.